

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serra Azul - Sireci União RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a "transparéncia na gestão", esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Segundo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a "transparéncia na gestão", esclarecemos aos nossos associados a situação financeira do Conselho de Administração e Diretoria.

I - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31/12/2018

II - BALANÇOS PATRIMONIAIS (EM MILHARES DE REAIS)

..... 2.007.181 1.729.249 TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

V - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (EM MILHARES DE REAIS)

	01/07/2018 a 31/12/2018	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
(Não Auditado)			
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO...	43.232	84.320	89.229
Resultado do semestre/exercício	40.165	81.725	72.370
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	3.067	2.595	16.859
(Reversão) Provisão para operações de crédito	1.214	(3.487)	9.983
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	1.013	447	680
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	210	(294)	477
Depreciação do imobilizado de uso	1.965	3.886	3.727
Amortização do intangível	2.300	4.384	3.845
Baixas do ativo permanente	98	141	581
Baixas de investimentos	-	-	5
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(433)	517	(95)
Destinações ao FATES	(3.036)	(3.036)	(2.786)
Dividendos SicrediPar	(264)	37	442
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(185.381)	(179.920)	(181.630)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(98.342)	(106.882)	(14.003)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(4.763)	(9.400)	(112.656)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	8.535	21	(15)
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(423)	294	(803)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(167)	(138)	614
(Aumento) em operações de crédito	(232.973)	(273.793)	(128.805)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	106.482	80.561	36.616
(Aumento) em outros créditos	(2.829)	(7.079)	(6.951)
Redução em outros valores e bens	7	57	768
Aumento em depósitos	33.412	133.031	30.864
Aumento em relações interdependências passivas	3.499	1.594	758
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(14.644)	(13.683)	(39)
Absorção de desíndios pelo FATES	(2.534)	(5.774)	(3.218)
Aumento em outras obrigações	19.359	21.271	15.240
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa			
Líquido Proveniente/(Aplicado)	(142.149)	(95.600)	(92.401)
Aquisição de Investimentos		(488)	
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.294)	(4.228)	(4.151)
Aplicações no Intangível	(2.194)	(7.590)	(5.730)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa			
Líquido Proveniente/(Aplicado)	(4.488)	(12.306)	(9.881)
Integralização de capital	2.043	3.947	4.756
Baixa de capital	(5.168)	(10.303)	(9.891)
Juros ao capital próprio	(207)	(207)	(215)
Distribuição de Sobras	-	(11.711)	(7.990)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa			
Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.332)	(18.274)	(13.340)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.	(149.969)	(126.180)	(115.622)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	564.690	540.901	656.523
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	414.721	414.721	540.901

período (NOTA 04) 414.721 414.721 540.901
 As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

III - DEMONSTRAÇÕES DE SORTEIAS OU PERRAS (EM MILHARES DE REAIS)

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não Auditado)			
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	118.992	-	118.992	228.256
Operações de Crédito.....	112.419	-	112.419	216.131
Resultado Títulos e Valores Mobiliários.....	6.560	-	6.560	12.038
Resultado das Aplicações Compulsórias.....	13	-	13	87
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(46.381)	(139)	(46.520)	(88.049)
Operações de Captação no Mercado.....	(24.336)	(139)	(24.475)	(47.021)
Operações de Empréstimos e Repasses	(11.248)	-	(11.248)	(23.133)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(10.797)	-	(10.797)	(10.797)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	72.611	(139)	72.472	140.207
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais	(40.595)	9.499	(31.096)	74.185
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços.....	10.350	20.716	31.066	20.133
Rendas de Tarifas Bancárias.....	10.090	-	10.090	20.133
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(37.328)	(4.413)	(41.741)	(71.267)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20).....	(25.341)	(5.060)	(30.401)	(49.866)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(99)	(935)	(1.034)	(198)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21).....	25.829	1.091	26.920	51.987
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22).....	(24.096)	(1.900)	(25.996)	(44.289)
RESULTADO OPERACIONAL	32.016	9.360	41.376	66.022
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(1.158)	83	(1.075)	(547)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	30.858	9.443	40.301	65.475
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(136)	(136)	-
Provisão para Imposto de Renda.....	-	(57)	(57)	-
Provisão para Contribuição Social.....	-	(79)	(79)	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	30.858	9.307	40.165	65.475
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	16.250
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	30.858	9.307	40.165	81.725
REVERSAÇÃO DE RESERVAS	-	-	-	1.098
DESTINAÇÕES	-	-	-	(58.538)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(9.925)
Fates - Estatutário	-	-	-	(3.036)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(33.391)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(12.184)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	24.284

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

IV - DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM MILHARES DE REAIS)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	OUTRA
Saldo no início do período em 01/01/2017	140.663	120.609	
Destinação resultado exercício anterior			
Distribuição de sobras para associados	6.607	-	
Destinações para reservas	-	1.275	
Outras destinações			
Capital de associados			
Aumento de capital	4.756	-	
Baixas de capital	(9.891)	-	
Resultado do período	-	-	
Destinações			
Destinação FATES - Estatutário	-	-	
Reserva Legal - Estatutária	9.725	30.640	
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	9.725	6.722	
Saldo no fim do período em 31/12/2017	151.860	159.245	
Mutações do Período	11.197	38.636	
Saldo no início do período em 01/01/2018	151.860	159.245	
Destinação resultado exercício anterior			
Distribuição de sobras para associados	9.458	-	
Destinações para reservas	-	-	
Outras destinações	-	-	
Capital de associados			
Aumento de capital	3.947	-	
Baixas de capital	(10.303)	-	
Reversões de reservas	-	19	
Resultado do período	-	-	
Destinações			
Destinação FATES - Estatutário	-	-	
Reserva Legal - Estatutária	9.718	33.391	
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	9.718	12.184	
Saldo no fim do período em 31/12/2018	164.680	204.839	
Mutações do Período	12.820	45.594	
Saldo no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	158.087	159.245	
Capital de associados			
Aumento de capital	2.043	-	
Baixas de capital	(5.168)	-	
Reversões de reservas	-	19	
Resultado do período	-	-	
Destinações			
Destinação FATES - Estatutário	-	-	
Reserva Legal - Estatutária	9.718	33.391	
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	9.718	12.184	
Saldo no fim do período em 31/12/2018	164.680	204.839	

.....	6.593	45.594	
-------	-------	--------	--

VI - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 25/10/1913 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórios próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOP), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCOP tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis da Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar nº 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 12 de fevereiro de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os despendos, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os despendos e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores do mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisão, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demolidos pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demolidos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as aplicações e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com exíitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;

- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre

outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	7.760	11.232
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	406.961	529.669
Total	414.721	540.901
A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.		

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.017	-
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	4.017	-
Total circulante	4.017	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	126.290	23.425
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	6.566	-
DI entre Banco e Cooperativas	77.136	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	42.588	23.425
Total não circulante	126.290	23.425

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2018	2017
Cotas de Fundos de Renda Fixa	154.463	145.063
Total circulante	154.463	145.063

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

	2018	2017		
Operações de Crédito	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	321.785	315.058	636.843	493.380
Financiamentos	76.926	74.622	151.548	95.719
Financiamentos rurais e agroindustriais	398.499	49.980	448.479	373.979
Carteira total	979.210	439.660	1.236.870	963.078

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

	2018	2017		
Outros créditos	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	490	-	490	1.034
Devedores por compra de valores e bens	1.897	4.000	5.897	5.763
Títulos e créditos a receber (i)	38.612	9	38.621	29.234
Total	40.999	4.009	45.008	36.031

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível AA	1	52	-	-	-
Nível A	0,50	470.203	336.363	2.351	1.682
Nível B	1,00	437.846	314.667	4.378	3.147
Nível C	3,00	263.923	218.242	7.918	6.547
Nível D	10,00	41.328	49.973	4.133	4.997
Nível E	30,00	12.442	18.607	3.733	5.582
Nível F	50,00	10.970	15.197	5.485	7.599
Nível G	70,00	7.099	4.393	4.969	3.075
Nível H	100,00	38.066	41.615	38.066	41.615
Total					

VI - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM MILHARES DE REAIS)

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio.....	83.905	73.067
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais.....	(35.240)	(30.688)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais.....	101	12
Provisão resgate de milhas cartão.....	103	71
Provisão PPR.....	178	127
Receita com atos cooperativos.....	27.500	25.588
Juros sobre capital próprio.....	4.169	4.175
Outros.....	1.009	18
Subtotal.....	33.060	29.991
IRPJ e CSLL registrados no resultado.....	(2.180)	(697)

NOTA 19 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05).....	130.307	23.425
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06).....	154.463	145.063
Relações interfinanceiras - Centralização financeira (Nota 04).....	406.961	529.669
Outros Créditos - Rendas a receber.....	3.738	2.623
Outros Créditos - Diversos (Nota 08).....	1.377	4.889
Investimentos (Nota 10).....	37.241	36.753
Intangível (Nota 11).....	14.362	11.456
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12).....	2.510	1.474
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13).....	453.097	372.566
Obrigações por empréstimos (Nota 14).....	-	13.683
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15).....	38.811	28.055
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários.....	12.038	14.158
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços.....	21.801	15.360
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21).....	34.150	56.682
Despesas		
Operações de Captação no Mercado.....	90	304
Operações de Empréstimos e Repasses.....	23.133	22.049
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20).....	2.008	1.669
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22).....	21.975	20.714

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista.....	789	0,36%	166
Depósitos a prazo.....	2.802	0,33%	2.480
Operações de crédito.....	1.937	0,16%	2.643

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas-chave da administração

Pessoas-chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nesses dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas-chave da administração.....	3.650	3.329

NOTA 20 - OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás.....	1.482	1.313
Despesa de alugueis.....	4.540	4.503
Despesa de comunicação.....	2.689	2.856
Despesa de manutenção e conservação.....	4.845	4.111
Despesa de material.....	944	780
Despesa de processamento dados.....	992	866
Despesa de promoções e relações públicas.....	7.003	4.549
Despesa de propaganda e publicidade.....	745	568
Despesa de seguro.....	1.205	1.041
Despesa de serviços do sistema financeiro.....	5.633	5.032
Despesa de serviços de terceiros.....	1.368	1.057
Despesa de serviços de vigilância e segurança.....	3.167	3.047
Despesa de serviços de técnicos especializados.....	3.541	2.747
Despesa de serviços de transportes.....	3.444	3.556
Despesa de viagem.....	1.429	30
Despesa de depreciação.....	5.337	4.708
Outras despesas administrativas.....	10.069	7.268
Total.....	58.433	48.032

NOTA 21 - OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas.....	3.469	3.185
Ingressos depósitos intercooperativos(i).....	32.913	54.945
Reversão de provisões operacionais.....	9.714	7.177
Outras rendas operacionais.....	7.141	4.030
Total.....	53.237	69.337

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 - OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito.....	7.668	8.127
Contribuições Cooperativistas.....	118	109
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores.....	631	573
Contribuição Confederação Sicredi.....	16.157	14.021
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste.....	1.834	1.379
Encargos da administração financeira.....	218	307
Repasso administradora de Cartões.....	870	1.599
Depreciação e amortização (Rateio Confederação).....	2.933	2.865
Outras provisões operacionais.....	9.756	7.569
Outras despesas operacionais.....	7.579	5.446
Total.....	47.764	41.995

Aos Administradores e Associados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS Cerro Largo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o relatório da administração e, se fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido da forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos

de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- O entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2019

Ernst & Young

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP015199/O-8

Américo F. Ferreira Neto

Contador CRC-1SP192685/O-9

Assinatura

Américo F. Ferreira Neto

Contador CRC-1SP192685/O-9

Assinatura